

A CONSTRUÇÃO DOS CONCEITOS DE PÚBLICO E PRIVADO NO BRASIL, SEGUNDO AUTORES CLÁSSICOS DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: UMA INTERPRETAÇÃO SOBRE O CENÁRIO DE AÇÃO DO TERCEIRO SETOR*

Maria Celenei de Oliveira (UEM)
Éder Rodrigo Gimenes (UEM)

RESUMO

O artigo visa a discussão da relevância das interpretações clássicas das relações entre público e privado no Brasil, a partir de obras de três autores clássicos do pensamento social brasileiro. Nesse sentido, seu objetivo é discorrer sobre a relevância das interpretações clássicas das referidas relações, tomando por base as obras “Populações meridionais do Brasil”, de Oliveira Vianna, “Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil”, de Gilberto Freyre, e “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda, de maneira a promover uma discussão sobre a construção do conceito de Terceiro Setor enquanto espaço de interação entre interesses públicos e privados no país. Para tanto, a pesquisa foi realizada por meio de um levantamento teórico baseado na descrição sucinta das relações entre os espaços público e privado, conforme a visão dos autores clássicos mencionados e da interlocução de Adrián Gurza Lavalle, em sua tese de doutorado acerca de tais interpretações. Entretanto, a discussão sobre os conceitos de público e privado no Brasil envolve uma quantidade bem maior de autores e de opiniões, não utilizados na pesquisa por questões metodológicas. A pesquisa permitiu concluir que o ambiente apresentado atualmente no Brasil, onde o espaço privado sobrepõe o espaço público, encontra-se em constante mutação, assim como a construção do conceito de Terceiro Setor enquanto espaço de interação entre interesses públicos e privados.

Palavras-chave: Espaço público. Espaço privado. Terceiro Setor.

* Artigo apresentado e premiado na XXIX SEMAD 2009 – Semana do Administrador/UEM, realizada de 28 a 30 de outubro/2009.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A partir da mobilização da própria sociedade civil na tentativa de sanear suas necessidades em decorrência da incapacidade por parte do Estado em atender às necessidades sociais da população, surgiu um movimento conhecido como Terceiro Setor.

Gohn (2005), Corrêa e Pimenta (2006) e Gimenes e Mazzei (2007) afirmam que a base das ações desenvolvidas pelo que hoje chamamos de Terceiro Setor são, na verdade, ações de cidadania, praticadas desde antes da organização da sociedade, como se vê atualmente.

Para Silva (2006, p. 27):

A minimização da atuação do Estado deixa lacunas perversas, sobretudo, na seara social, fazendo com que, invariavelmente, comecem a surgir movimentos cujo propósito é a tentativa de satisfazer tais carências. [...] esses movimentos parecem emergir a partir da articulação da sociedade civil organizada com vistas à própria comunidade, ou melhor, com vistas às suas enfermidades sociais.

O termo Terceiro Setor surgiu nos Estados Unidos na década de 1970 para designar as entidades que estavam se proliferando naquele país com finalidades voltadas à filantropia e sem relação com o Estado nem com empresas privadas (GARCIA, 2005).

Na década de 1980, as entidades formadas pela sociedade civil passaram a assumir de forma mais relevante a prestação dos serviços tidos como básicos e, por conseguinte, de responsabilidade do Estado. Assim, foram constituídas organizações nas mais diversas áreas de atuação. A partir desse período, o termo Terceiro Setor passou a ser utilizado com maior frequência.

Visando formular uma definição acerca do que é o Terceiro Setor, segue um dos conceitos mais recorrentes sobre o assunto:

O Terceiro Setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais de caridade, da filantropia e do mecenato, expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil (FERNANDES, 1994, p. 28).

Para Paoli (2002, p. 380), o Terceiro Setor

[...] reivindica um modelo de regulação social mais eficaz do que o realizado pelo Estado, portanto a ser realizado em outro lugar: a sociedade civil, composta por uma grande diversidade de ações, atores e organizações, que se unificam pela recusa em pertencer ao âmbito do Estado e do mercado.

Por sua vez, Montañó (2002, p. 58) afirma que:

O termo 'terceiro setor' não reúne um mínimo de consenso sobre sua origem nem sobre sua composição ou suas características. Tal dissenso é clara expressão de um conceito ideológico que não dimana da realidade social, mas tem como ponto de partida elementos formais e uma apreensão da realidade apenas no nível fenomênico. Sem a realidade como interlocutora, como referência, acaba-se por ter diversos conceitos diferentes.

Diante dos conceitos apresentados, pode-se inferir que as entidades componentes do Terceiro Setor são organizações sociais que não têm por finalidade a obtenção de lucros e sim o atendimento das necessidades sociais da população, seja de forma específica ou de modo

geral. Entretanto, seu conceito se caracteriza pelo não enquadramento nos setores público e privado e não exatamente por uma definição clara do que poderia constituir, de fato, o Terceiro Setor.

Nesse sentido, Montaña (2002) é enfático ao afirmar que o conceito de Terceiro Setor existente hoje é um conceito que possui uma maior capacidade de confundir do que de explicar o que constitui o Terceiro Setor.

Com relação à construção dessa nova vertente social, Saraiva (2006, p. 20) afirma que:

O Terceiro Setor possui inúmeras questões ainda não adequadamente respondidas – e, na verdade, mal discutidas – e que, considera-se, merecem atenção. Entre elas, encontram-se algumas problemáticas polêmicas [...]. Temas como a profissionalização das organizações não-governamentais (ONGs) e sua relação com o sistema capitalista, o altruísmo dos atores do Terceiro Setor, a privatização das funções públicas, o controle das ações do Estado e das ONGs sob as óticas da legislação e da sociedade, a batalha surda entre as lógicas dos assistencialistas e dos militantes, a mídia e a construção de modelos – entre os quais se incluem a responsabilidade social empresarial e o voluntariado.

Em suma, o Terceiro Setor apresenta-se como uma realidade no cenário social brasileiro, cujas bases não estão claramente definidas, o que dificulta, por conseguinte, que seu conceito e a definição de seu espaço sejam vislumbrados de forma sólida, dificuldade esta que decorre, dentre outros fatores, da construção dos espaços público e privado no Brasil nos séculos anteriores.

Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo discorrer sobre a relevância das interpretações clássicas das relações entre público e privado no Brasil, tomando por base as obras “Populações meridionais do Brasil”, “Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil” e “Raízes do Brasil”, de autoria de Francisco José de Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, respectivamente, de maneira a promover uma discussão sobre a construção do conceito de Terceiro Setor, enquanto espaço de interação entre interesses públicos e privados.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada por meio de um levantamento teórico, tomando por base especificamente as referências utilizadas na disciplina “Pensamento Social Brasileiro”, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em nível de Mestrado da Universidade Estadual de Maringá.

Visando atingir ao objetivo proposto, primeiramente foram utilizadas as obras “Populações meridionais do Brasil”, de Francisco José de Oliveira Vianna, “Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil”, de Gilberto Freyre, e “Raízes do Brasil”, de autoria de Sérgio Buarque de Holanda, identificadas como interpretações clássicas das relações entre o público e o privado no Brasil no programa da disciplina anteriormente mencionada, às quais tiveram descritas de forma sucinta as relações entre os espaços público e privado, conforme a visão dos autores.

Em seguida, foi abordada a interlocução de Adrián Gurza Lavalle, em sua tese de doutorado acerca das interpretações clássicas sobre o público e o privado, sendo que o referido autor utilizou em sua pesquisa obras de Gilberto Freyre[†] e Sérgio Buarque de

[†] As obras utilizadas foram “Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal”, “Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil” e “Homem, cultura e trópico”.

Holanda[‡], dentre outros autores.

Nesse sentido, é importante ressaltar que Lavalley também dialoga com as ideias de Francisco José de Oliveira Vianna, porém tomando por base outras obras do autor[§] que não “Populações meridionais do Brasil”, o que fez com que sua interlocução não fosse considerada nesta pesquisa.

Diante do exposto, a fim de discutir sobre os conceitos de público e privado no Brasil, foi utilizada a interlocução de Lavalley com relação às obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, com destaque para “Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil” e “Raízes do Brasil”, respectivamente.

Além das obras acima citadas, foram utilizadas e referenciadas nesta pesquisa outras obras, cujo conteúdo, no todo ou em parte, tratam de assuntos relacionados à contextualização do tema proposto.

3 A VISÃO DOS AUTORES CLÁSSICOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO NO BRASIL

As obras de Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda são clássicas do pensamento social brasileiro, escritas na primeira metade do século passado, sendo que “Populações meridionais do Brasil” data de 1918 e “Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil” e “Raízes do Brasil” foram publicados em 1936.

Silva (2008, p. 239), ao tratar de textos clássicos, como aqueles abordados nesta pesquisa, afirma que, mesmo que tais interpretações se distanciem dos problemas a que os autores buscavam responder quando da elaboração das obras,

[...] para fins de dimensionamento da contribuição de um pensador clássico, o exame das diferentes interpretações de sua obra não é algo que possa ser desprezado; ao contrário, é parte fundamental das tarefas de elucidação dos sentidos que esta obra adquire em diferentes momentos históricos e da avaliação de suas eventuais potencialidades cognitivas para o estudo do presente.

Em se tratando especificamente de Oliveira Vianna, autor da mais antiga dentre as três obras que fundamentam a discussão desta pesquisa, Carvalho (1991) expõe que “Populações meridionais do Brasil” é uma obra que influenciou praticamente todas as principais obras de sociologia política produzidas no Brasil após sua publicação, demonstrando a riqueza da análise realizada pelo autor e justificando o esforço em revisitar tal clássico.

Dentre os autores influenciados por “Populações meridionais do Brasil”, Carvalho (1991) destaca Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, também discutidos nesta pesquisa, e ainda Nestor Duarte, Nelson Werneck Sodré, Victor Nunes Leal, Guerreiro Ramos, Raymundo Faoro e Caio Prado Junior.

3.1 OLIVEIRA VIANNA, EM “POPULAÇÕES MERIDIONAIS DO BRASIL”

Oliveira Vianna defendia a posição de que o Estado deveria moldar a sociedade. Para ele, a democracia poderia perfeitamente se realizar sem eleições e mesmo sem eleitores, ou seja, sem a participação da população.

Ainda segundo o autor, a única forma de construção da noção de nação e da

[‡] As obras utilizadas foram “Raízes do Brasil” e “Carta a Cassiano Ricardo”.

[§] As obras utilizadas foram “Pequenos estudos de psicologia social”, “O idealismo da constituição” e “Instituições políticas brasileiras”.

consciência nacional seria a centralização política, experimentada pelo Brasil por ocasião do governo monárquico do imperador Dom Pedro II.

Na citação abaixo, fica clara sua opinião sobre a falta de organização da sociedade brasileira, o que poderia justificar sua posição de defesa do Estado, enquanto responsável por moldar o espaço público:

Sem quadros sociais completos; sem classes sociais definidas; sem hierarquia social organizada; sem classe média; sem classe industrial; sem classe comercial; sem classes urbanas em geral: a nossa sociedade civil rural lembra um vasto e imponente edifício [...] sem pontos firmes de apoio (OLIVEIRA VIANNA, 1938, p. 176).

O autor atribui ainda a incapacidade política da população brasileira à sua composição étnica, considerando que a raça ariana apresentava dotes aristocráticos, que mestiços superiores eram obedientes e que mestiços inferiores eram excessivos, instáveis, descontínuos e subversivos, para os quais a anarquia constituía a verdadeira liberdade. Além disso, o espírito público encontrava dificuldades em se desenvolver entre a população brasileira devido ao poder dos latifúndios.

Nesse sentido, o autor discorre sobre as relações de compadrio e proteção que podiam escusar cidadãos do arbítrio de juízes, milícias e capitães-mores das municipalidades, configurando relações existentes no espaço privado que interferiam e sobrepunham as instituições do espaço público.

Segundo Oliveira Vianna (1938), é fato que a sociedade brasileira não foi capaz de forjar uma consciência nacional capaz de romper com os mandonismos regionais, o que se deve ao processo de formação do Brasil enquanto colônia voltada ao domínio rural e à consciência das elites.

3.2 GILBERTO FREYRE, EM “SOBRADOS E MUCAMBOS”

A obra “Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil” faz parte de uma tetralogia incompleta^{**} escrita por Gilberto Freyre e é um dos trabalhos mais notórios e de grande repercussão no que diz respeito à questão da identidade nacional.

Um fato fundamental à ascensão da cidade sobre o campo foi a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, em 1808, fato a partir do qual a sociedade passou a alterar seus costumes. Na obra em questão é evidenciado o processo histórico de decadência do legado senhorial.

Além disso, o autor discorre sobre a relação de superioridade dos sobrados em relação aos mucambos, ao apresentar os primeiros como espaços privados e os segundos como espaços públicos representados pela rua, onde os senhores despejavam sua sujeita e tudo o que não lhes era mais útil, numa atitude que reafirmava, direta ou indiretamente, a superioridade do espaço privado sobre o público.

Na referida obra, fica evidente ainda a separação entre as classes sociais, diferença latente entre o segundo e o primeiro livro da tetralogia, uma vez que em “Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal” os negros conviviam, mesmo que de forma restrita, com os senhores nas casas grandes.

Outros pontos fortes abordado na obra de 1936 são a transferência do poder rural para o cenário urbano, que culminou na desagregação do sistema patriarcal e na formação da

^{**} A tetralogia de Gilberto Freyre é composta por “Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal”, de 1933, “Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil”, de 1936, e “Ordem e progresso”, de 1959. O quarto volume, que foi na verdade apenas um projeto, seria intitulado “Jazigos e covas rasas”.

sociedade burguesa (o autor afirma que o patriarcalismo se urbanizou) e a inserção de elementos do espaço público no ambiente privado dos sobrados, como a presença do médico da família e novos hábitos das sinhazinhas, como ir ao teatro ou aprenderem a tocar piano. Além disso, o fortalecimento de profissionais como médicos e advogados enfraqueceu o poder exercido pelos padres anteriormente.

O clima de mudança da casa para a rua reflete a perda da individualidade da sociedade fechada formada nos engenhos e fazendas, passando a ser mais aberta e pública, de modo a proporcionar às cidades a possibilidade de se modernizar e crescer. Assim, as famílias começaram a perder seu controle sobre tudo a sua volta, da mesma maneira em que o poder político começou a se diluir entre as demais camadas sociais.

Por fim, em se tratando do indivíduo brasileiro, Gilberto Freyre afirma que a simpatia e cordialidade do homem transbordam, principalmente, dos mulatos, a quem o autor chama de amáveis.

3.3 SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, EM “RAÍZES DO BRASIL”

Sérgio Buarque de Holanda trata dos colonizadores como interessados apenas no comércio e não no trabalho. Em “Raízes do Brasil”, o autor dialoga com as ideias expostas por Oliveira Vianna em “Populações meridionais do Brasil” e por Gilberto Freyre em “Sobrados e mucambos”, uma vez que trata da organização do Estado e da transferência do poder rural para o cenário urbano, temas discutidos pelos citados autores, respectivamente.

Sobre a organização do Estado, que segundo Oliveira Vianna deveria moldar a sociedade, Sérgio Buarque de Holanda afirma que, na verdade, as massas é que deveriam organizar o Estado a seu modo, uma vez que a sociedade brasileira é incompatível com instituições liberais. É importante salientar que em “Raízes do Brasil” o autor não defende o Estado, mas trata da necessidade de sua existência.

Já com relação à discussão da transferência do poder rural para o cenário urbano, em “Raízes do Brasil” o autor apresenta uma visão crítica com relação ao legado de que o patriarcalismo é atrasado. Além disso, enquanto Gilberto Freyre mostrou elementos do espaço público invadindo o espaço privado (como os médicos da família e os novos hábitos das sinhazinhas), Sérgio Buarque de Holanda afirma que o espaço privado também invadiu o público, invasão essa que levou, dentre outras propostas, à teoria neoliberal, que se relacionou à reforma gerencial do Estado, proposta por Bresser Pereira algumas décadas depois.

Em se tratando de cordialidade, Sérgio Buarque de Holanda posiciona-se no sentido de excluir valores éticos e de dissociação do conceito de cordialidade de miscigenação. Para o autor, o homem cordial teve origem na família patriarcal, cuja origem e heranças de costumes são rurais.

4 ADRIÁN LAVALLE: INTERLOCUTOR DE AUTORES CLÁSSICOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO NO BRASIL

Para Adrián Gurza Lavalle, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda promoveram uma inovação muito importante para o pensamento social brasileiro, pois buscavam a identidade social brasileira. Sobre os dois últimos, Lavalle afirma ainda que esses são alguns dos autores que contribuíram para o tratamento da questão da identidade nacional e da caracterização do espaço público no Brasil, sob universos inéditos de mediações conceituais, por meio de reinterpretações da brasilidade cristalizada na cultura e no caráter nacionais.

Segundo o autor, entre as décadas de 1930 e 1940 foram elaborados outros trabalhos^{††} visando o entendimento do problema da identidade nacional cujos efeitos foram menos expressivos, seja pelas críticas que sofreram ou pela relevância qualitativa de seu conteúdo.

Para Lavalle (2001, p. 136), “a peculiaridade da vida pública está em ser privada”, afirmação que permite inferir que a constituição do espaço público encontra-se atrelada ao espaço privado. Nesse sentido, em um tópico denominado “O divórcio entre a sociedade e o Estado”, o autor afirma que “a tardia edificação do Estado e o vigor dos poderes regionais a obstarem o processo de centralização política levantam sérias dificuldades para se pensar na origem do espaço público no país, se levado em consideração o pressuposto da consolidação do Estado nacional” (LAVALLE, 2001, p. 110).

Tal dificuldade se deu em função de que “[...] a vida pública corrompida ou moldada pelo predomínio esmagador da vida privada – edificada sobre a escravidão –, assumiu o estatuto de empecilho fundamental para a construção de um espaço público genuinamente moderno no país” (LAVALLE, 2001, p. 373).

No que se refere às interpretações clássicas sobre a relação entre Estado e sociedade, Lavalle afirma que tais interpretações são divergentes e, por vezes, até mesmo irreconciliáveis entre si, sendo que, em se tratando de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Holanda, os diagnósticos assumem diferentes posições, revestidas de ponderações tanto positivas quanto negativas, quais sejam: enquanto Gilberto Freyre confere primazia à sociedade, que compõe o espaço privado, e se mostra vigorosa, segundo palavras de Lavalle, frente à impotência do poder público, Sérgio Buarque de Holanda atesta de forma exemplar em seu pensamento os efeitos dos legados rural e patriarcal.

Na verdade, o “divórcio entre sociedade e Estado” se deu em virtude da família patriarcal ter se constituído como modelo único e obrigatório de organização das relações sociais no cenário nacional, inclusive no que tange às relações de cunho político, de modo que o funcionamento do Estado e de suas instituições tornou-se emperrado, conforme argumentado por Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda (LAVALLE, 2001).

Em se tratando da desintegração do patriarcado, Gilberto Freyre atribuiu à vinda da família real para o Brasil a queda do regime. Na verdade, tal mudança no cenário nacional desencadeou não apenas alterações quanto à modernização dos espaços privados e diminuição do poder rural, mas também a centralização e a urbanização do poder e das camadas governantes nos espaços urbanos.

Em sentido semelhante, ao discorrer sobre as ideias expostas por Sérgio Buarque de Holanda, a quem atribui ao raciocínio o adjetivo impecável, Lavalle (2001, p. 202) questiona: “Como sustentar, então, a continuidade do privatismo senhorial sem negligenciar o fato histórico de a sociedade, aos poucos, não mais corresponder aos antigos padrões patriarcais de organização demográfica, econômica e política?”

A resposta, que remete tanto ao pensamento de Sérgio Buarque de Holanda quanto àquele exposto anteriormente e pertencente a Gilberto Freyre, consistia na urbanização do patriarcado rural, cujas instituições materiais de sustentação passaram pelo processo de desmantelamento, que culminou na alteração dos padrões sociais e das alterações nos espaços públicos e privados. Uma consequência desse processo de desmantelamento no âmbito do espaço público foi a sociabilidade que surgiu em virtude dos novos valores, práticas e instituições advindas da urbanização do legado senhorial.

^{††} Lavalle ressalta que há um extenso número de trabalhos sobre a problemática da identidade nacional e relaciona “Traços da psicologia do povo brasileiro”, de Tristão de Ataíde, “O Brasil na crise atual”, de Azevedo Amaral e “Populações paulistas”, de Alfredo Ellis Junior, obras de 1934, “O Brasil”, de Manuel Bonfim, datado de 1935, “Conceito de civilização brasileira”, de Afonso Arinos de Melo Franco e “Introdução à psicologia social”, de Artur Ramos, ambas de 1936 e “Educação comparada: o Brasil, o povo e sua índole”, de Milton Silva Rodrigues, do ano de 1938.

Sobre o novo espaço público que se constrói diante da urbanização descrita por Gilberto Freyre e cujas algumas figuras foram anteriormente expostas nesta pesquisa, Lavallo (2001, p. 206) afirma que a geografia urbana apresentava uma nova paisagem, em que a figura do senhor patriarcal encontrava concorrência à sua autoridade em outras figuras cuja autonomia escapava à ordem familiar, quais sejam:

[...] a igreja e os bispos, muito distantes dos padres de capela das casas-grandes; os mestres régios e muitos outros membros próximos ou pertencentes à corte; os chefes de polícia e outros integrantes do crescente funcionalismo vinculado à administração e preservação da ordem cidadina; os egressos das incipientes instituições de ensino superior – bacharéis voltados para a política, como os advogados, ou para as profissões liberais, como os médicos –; sem esquecer, claro está, os lojistas, correspondentes comerciais e demais personagens vinculados ao auge do comércio, em quase nada semelhantes aos mascates que levavam suas mercadorias às portas das casas-grandes. [...]

Por fim, Lavallo (2001, p. 233) ressalta:

[...] no longo prazo a permanência das idéias formuladas por Freyre e por Buarque de Holanda deve-se a sua distância do plano do conhecimento; isto é, decorre de seus conteúdos de representação, cuja vigência independe razoavelmente das exigências e avanços disciplinares.

Em suma, as ideias tratadas por Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, que causaram polêmica e resultaram em argumentações pormenorizadas e provas reputadas convincentes, tornaram-se menos de uma década depois de sua publicação premissas para trabalhos e autores contemporâneos, tanto com relação à busca pela apreensão de outros problemas, quanto com relação ao aprofundamento de suas consequências. Não sem méritos, obras como “Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal”, “Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil” e “Raízes do Brasil” continuam sendo referências quanto à construção dos espaços público e privado no país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando por base as obras “Populações meridionais do Brasil”, de Francisco José de Oliveira Vianna, “Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil”, de Gilberto Freyre e “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda, além da interlocução apresentada entre as duas últimas obras, apresentada na tese de doutorado de Adrian Gurza Lavalle, intitulada “Espaço e vida públicos: reflexões teóricas e sobre o pensamento brasileiro”, é possível inferir alguns pontos sobre a construção dos espaços público e privado no Brasil.

A constituição do Brasil se deu voltada ao fornecimento de gêneros^{††} ao comércio europeu, fator que, ao invés de promover a organização da sociedade brasileira por meio das relações comerciais, produziu e reafirmou a característica da cordialidade do brasileiro. Tal característica, inclusive, é ponto de discórdia entre Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda nas obras citadas no parágrafo anterior, uma vez que, enquanto o primeiro atribuía a simpatia do brasileiro aos mulatos, o segundo dissociava a cordialidade de fatores relacionados à miscigenação.

Em nossa sociedade, a cordialidade indicava a prevalência do particular em relação ao

^{††} Tais como açúcar, tabaco, ouro, diamantes, algodão e café, em diferentes períodos.

público, em que era possível observar a busca por benefícios individuais e a personalização de relações e conflitos, de modo que a cordialidade se constituiu em um instrumento de proteção dos grupamentos sociais em relação ao Estado, fortalecendo o espaço privado em relação ao espaço público.

Outro fator apontado pelos autores para o fortalecimento do espaço público em relação ao espaço privado foi a vinda da família real para o Brasil em 1808, o que promoveu a mudança drástica da vida centrada no ambiente rural para o ambiente urbano, com consequente diminuição do poder estatal e crescimento da importância de ações privadas.

No contexto atual, Paoli (2002, pp. 377-378) reafirmou a posição de diminuição do espaço ocupado pelo Estado ao discorrer sobre a década de 1990, em que o modelo econômico adotado pelo Brasil visava livrar-se do investimento em obrigações públicas destinadas à garantia dos direitos sociais no país. Sobre tal posicionamento, a autora afirma que este estava diretamente relacionado ao

[...] surgimento relativamente recente de uma assim chamada ‘sociedade civil’ que, primeiramente através de movimentos sociais autônomos e politizados, e depois de organizações não-governamentais profissionalizadas, deslocou o ativismo político pela cidadania e justiça social para o ativismo civil voltado para a solidariedade social.

O caminho criado pelos movimentos sociais implicou na demanda da população por bens públicos, ao passo que as instituições pertencentes ao Terceiro Setor passaram a representar tais demandas por meio de negociações com o governo e com entidades privadas, relegando a segundo plano a participação popular em massa.

Saraiva (2006) afirma que atualmente o Terceiro Setor é uma realidade em crescimento e um dos fatores que contribuem para o seu crescimento é o avanço do neoliberalismo^{§§}, cujo fortalecimento do espaço privado frente ao espaço público já havia sido abordado por Sérgio Buarque de Holanda em “Raízes do Brasil”.

Assim, o ambiente apresentado atualmente no Brasil, em que o espaço privado sobrepõe o espaço público, encontra-se em constante mutação, tanto que a construção do conceito de Terceiro Setor enquanto espaço de interação entre interesses públicos e privados e desenvolvimento de atividades destinadas ao atendimento de necessidades sociais da população é um tema em constante discussão e sujeito a alterações, uma vez que esta é uma característica recorrente no cenário social brasileiro.

Por fim, faz-se necessário salientar que esta pesquisa trata especificamente das obras anteriormente relacionadas e que, obviamente, a discussão sobre os conceitos de público e privado no Brasil envolve uma quantidade bem maior de autores e de opiniões, mas que, por questões metodológicas, foram utilizados apenas três obras específicas de autores clássicos do pensamento social brasileiro e um autor atual como interlocutor das ideias dos demais, a fim de atender ao objetivo proposto.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. NOGUEIRA, Marco Aurélio (Trad.). São Paulo: Brasiliense, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Viana. **Revista Estudos Históricos**, Rio

^{§§} Conforme Bobbio (1988), o neoliberalismo é definido como uma doutrina que prega a liberdade econômica, caracterizada por cenários em que o Estado (espaço público) tem menos força que as ações desempenhadas pelo mercado econômico (espaço privado).

de Janeiro, v. 4, n. 7, 1991. p. 82-99.

CORRÊA, Maria Laetitia; PIMENTA, Solange Maria. Terceiro setor, estado e cidadania: (re)construção de um espaço político? In: PIMENTA, Solange Maria; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CORRÊA, Maria Laetitia (Orgs.). **Terceiro Setor: dilemas e polêmicas**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 01-17.

FERNANDES, Rubem Cesar. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

GARCIA, Francisco Antonio. **Terceiro setor: o que é e para onde caminha**. 2005. 15 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública - Administração para um Novo Estado)-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.

GIMENES, Éder Rodrigo; MAZZEI, Bianca Burdini. Caracterização dos campos de atuação dos três setores da economia no Brasil. In: SEMANA DO ADMINISTRADOR. 27., 2007, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2007, p. 288-297.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LAVALLE, Adrián Gurza. **Espaço e vida públicos: reflexões teóricas e sobre o pensamento brasileiro**. 2001. 397 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA-VIANNA, Francisco José de. **Populações meridionais do Brasil**. 4. ed. v. 1. São Paulo: Companhia Nacional, 1938.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 373-418.

SARAIVA, Luiz Alex Silva. Além do senso comum sobre o terceiro setor: uma provocação. In: PIMENTA, Solange Maria; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CÔRREA, Maria Laetitia (Orgs.). **Terceiro setor: dilemas e polêmicas**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 19-40.

SILVA, Ricardo. Liberalismo e democracia na sociologia política de Oliveira Vianna. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 10, n. 20, jul./dez. 2008. p. 238-269.

SILVA, Vandrê Alex da. **Profissionalização da gestão das entidades do terceiro setor de assistência social: um estudo de caso junto aos albergues de Londrina**. 2006. 183 f. Dissertação (Mestrado em Administração)-Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá/Universidade Estadual de Londrina, 2006.

